

Artigo / Article

Argumentação em perspectiva discursiva: implicações para o ensino

Argumentation from a discursive perspective: implications for teaching

Eduardo Alves Rodrigues 

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
eduardoar76@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6818-6647>

Carmen Lucia Hernandes Agustini 

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
carmen.agustini@ufu.br
<https://orcid.org/0000-0001-5504-3911>

Recebido em: 28/03/2023 | Aprovado em: 26/07/2023

Resumo

Neste artigo, objetivamos, a partir do quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso de filiação pecheutiana, realizar uma experimentação teórico-analítica sobre a concepção de argumentação e, assim procedendo, apresentar consequências para o trabalho com texto(s) no processo de ensino da argumentação. Para tanto, de início, trabalhamos um modo de inscrição da concepção de argumentação na Análise de Discurso e, na sequência, analisamos uma seleção de textos, a fim de expor um modo discursivo de ensinar argumentação no trabalho com texto(s). Com base nesse trabalho e nas análises, compreendemos que o ensino de argumentação, na perspectiva discursiva, requer tanto do professor quanto do aluno a exposição a um tipo de trabalho com o texto no qual possam experimentar, se colocar corpo a corpo com a linguagem, de tal modo a deslocarem-se da função comunicativa do texto para o seu funcionamento estruturado pelo trabalho simbólico da ideologia.

Palavras-chave: Argumentação • Ensino • Discurso • Texto • Ideologia

Abstract

In this article, within the theoretical-methodological framework of Pecheutian Discourse Analysis, we aim to carry out a theoretical-analytical experiment on the conception of argumentation and, in doing so, present consequences for working with text(s) in the process of argumentation teaching. Initially, we endeavored to integrate the concept of argumentation into Discourse Analysis; then, we analyzed a selection of texts to expose a discursive approach teaching

argumentation when working with text(s). Based on this work and on the analyses, we contend that the teaching of argumentation, from a discursive perspective, requires both the teacher and the student to be exposed to a type of work with the text in which they can experiment to relate themselves in a hand-to-hand way with language, in such a way as to move from the communicative function of the text to its functioning structured by the symbolic work of ideology.

Keywords: Argumentation • Teaching • Discourse • Text • Ideology

Introdução

O propósito deste texto é o de realizar, no interior do quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso de filiação pecheutiana (AD), uma experimentação teórico-analítica da concepção de argumentação e, assim procedendo, apresentar consequências para o ensino de argumentação no trabalho com texto(s). Essa experimentação consistiu em mobilizar os fundamentos da AD, incluindo trabalhos já realizados em torno da concepção de argumentação. Assim procedendo, foi possível produzir uma compreensão discursiva dessa concepção e analisar o funcionamento da argumentação em um arquivo estabelecido para tal finalidade, qual seja, compreender como a argumentação funciona discursivamente nesse arquivo.

Esse arquivo, por sua vez, é constituído de diversas textualidades¹ que significam, de algum modo, a luta de classes no seio da vida social. Para esse trabalho, selecionamos, desse arquivo, três textos, discriminados na seção “um rolezinho pelo ensino da argumentação”, que tematizam essa luta a partir do acontecimento denominado rolezinho. Esse é um tema que retorna, com certa frequência, ao debate social como acontecimento que pode tensionar o estado da luta de classes. Essa tensão, como ficará visível na leitura desse trabalho, costuma ser dissimulada sob a aparência de uma questão de segurança social e, por isso, é frequentemente reduzida à interdição ou não da circulação de pessoas, notadamente adolescentes de periferias, em certos espaços, como *shopping centers*.

Em função disso, pode se configurar como tema de interesse e de relevância à educação. Nessa direção, a partir de uma análise prévia dos três textos que tematizam a questão do rolezinho, identificamos que eles poderiam compor um observatório do funcionamento da argumentação e, portanto, fornecer certa variedade de políticas de textualização da argumentação que oportunizassem o seu ensino no trabalho com texto(s).

¹ Em Análise de Discurso, o arquivo nem é empírico, nem é formado por um conjunto de textualidades pré-definidas. Trata-se de uma virtualidade constituída por textualidades que determinado gesto de leitura interpreta como significativas de determinado processo discursivo. No presente artigo, o arquivo em análise é constituído por textualidades que, ao circularem socialmente, significam, de algum modo, a luta de classes no seio da vida social. Desse conjunto heterogêneo e virtual de textualidades, os três textos selecionados para análise materializam a virtualidade do arquivo e indiciam esse processo significativo ao tematizarem o rolezinho.

A seguir, explicitamos como compreender a concepção de argumentação na perspectiva discursiva, a fim de estabelecer os subsídios teórico-metodológicos necessários para, na sequência, mobilizarmos essa teorização em análise. Assim procedendo, pudemos apresentar consequências da experimentação teórico-analítica realizada para o trabalho com texto(s) no ensino de argumentação. Esse processo de análise e a discussão das consequências para o ensino estão apresentados nas seguintes seções: “Um rolezinho pelo ensino de argumentação”, “A denegação na argumentação: entre a repetição e a diferença”, “A argumentação dissimulada no/como jogo entre ‘contra’ e ‘a favor’”. Por último, expomos nossas considerações finais sobre o ensino de argumentação em perspectiva discursiva.

1 Argumentação em perspectiva discursiva

Definida a perspectiva com que examinamos a argumentação, vale explicitar que nos afastamos da argumentação pensada como mero instrumento de persuasão utilizado pelo locutor, com o intuito de influenciar determinado interlocutor a identificar-se ou não com determinada tese, conforme tradição Aristotélica, ou, parafrasticamente, como a tentativa de mobilizar os recursos da linguagem para suscitar a adesão dos espíritos/do auditório à tese proposta ao assentimento (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005).

Afastamo-nos, também, da concepção de argumentação proposta por Anscombe e Ducrot (1983). Para esses autores, a argumentação não corresponde à arte de persuadir, mas a certo encadeamento de proposições que conduziria à determinada conclusão. Na perspectiva deles, argumentar corresponderia à utilização que se faz dessas proposições de modo a orientar para tal conclusão. Além disso, a argumentação, para Anscombe e Ducrot, seria da ordem da língua e não da ordem do discurso.

Nessa direção, ainda, ao examinarmos o funcionamento da argumentação em objetos simbólicos – em textos, particularmente – que se apresentam à leitura, não a compreendemos como dimensão indissociável do funcionamento global do discurso que nele se inscreve encarnando uma estratégia de persuasão relativa à determinada situação de comunicação, tampouco como uma troca verbal espontânea, atual ou virtual, entre dois ou mais parceiros que pretendem influenciar um ao outro (Amossy, 2020; 2011).

Pensada discursivamente como funcionamento de linguagem, a argumentação não é propriamente da ordem do locutor, ou seja, não é um funcionamento sob seu controle tampouco estabelecido por sua intenção, espontaneamente. Não pode, por isso, ser reduzida a estratégias de persuasão. Na perspectiva discursiva, a argumentação é da ordem da relação discursiva entre locutores, ou seja, “ela se dá na *relação* do sujeito com o outro” (Orlandi, 2021a, p. 111; itálico da autora). Relação esta que se estabelece pelo modo como o funcionamento do discurso e o funcionamento da ideologia se superpõem e, dessa maneira, se (re)atualizam sobre a materialidade significativa.

A argumentação pode ser, assim, compreendida como um modo de funcionamento do discurso/da ideologia: “a argumentação é um modo de funcionamento do discurso que se estrutura ideologicamente” (Orlandi, 2021a, p. 109). Dito de outro modo, a argumentação pode ser concebida, discursivamente, como efeito do trabalho da ideologia na relação discursiva, levando-se em conta que a materialidade específica da ideologia é o discurso (Orlandi, 2007). Nas palavras de Orlandi (2021a, p. 111), “a ideologia é constitutiva da argumentação, ela estrutura a argumentação”.

Logo, compreendemos a argumentação como um modo de significar que faz movimentar – que mexe com – as relações de sentido, deslocando/(re)orientando, como efeito, evidências discursivamente produzidas entre locutores. Um modo de significar determinado pela ideologia. Ao funcionar, a argumentação transforma em evidência o gesto de interpretação, fazendo o leitor, por exemplo, acreditar que o que ele lê-interpreta é o que defende o texto que se apresenta à leitura, fazendo funcionar a evidência do sentido, o efeito de transparência da linguagem e a ilusão de que a origem do sentido seria o próprio sujeito.

Pêcheux (1995) nos adverte que devemos compreender ideologia como força material que estrutura/determina o processo de reprodução/transformação das relações de produção, que é, em última instância, estruturado/determinado por outra força material a ela indissociável, a econômica. Ao relermos Pêcheux (1995), compreendemos que essas forças materiais estruturam/determinam o caráter contraditório constitutivo do processo de reprodução/transformação das relações de produção – do discurso, do sentido, do sujeito – atravessado desde sempre já pela luta de classes, ou seja, pela divisão desigual e dissimétrica do poder.

A nosso ver, é nessa perspectiva que a Análise de Discurso pode propor certa apropriação/reinvenção da concepção de argumentação no interior de seu quadro teórico-metodológico: a argumentação se (re)produz como efeito do posicionamento do locutor diante de outro locutor no interior da luta de classes. É dessa maneira que compreendemos a afirmação de Orlandi (1998), segundo a qual, “a argumentação é vista pelo analista de discurso a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas” (Orlandi, 1998, p. 78).

Trata-se, portanto, de um posicionamento, por identificação, em face dessa contradição. Em face, noutras palavras, da polêmica constitutiva que regula as interpretações possíveis diante de tal contradição. Essa polêmica, por sua vez, se instaura constitutivamente a partir da divisão social do trabalho de leitura (Pêcheux, 1997a) relativamente às condições de interpretação de como se estrutura a própria luta de classes e como ela determina as relações de força/poder e de significação, em uma dada formação social.

Argumentar tem a ver, portanto, com o modo pelo qual o sujeito é ideologicamente significado e se significa no interior da luta de classes. Ou seja, argumentar tem a ver com o modo como essa significação tem sua opacidade, incompletude, inexatidão

dissimuladas/administradas, pois, como modo de funcionamento da ideologia na relação discursiva, a argumentação dissimula o caráter político do sentido. Como é sabido na Análise de Discurso, o caráter político do sentido diz respeito ao fato de que o sentido pode ser sempre outro, de que o sentido é movimento na história, de que o caráter material do sentido é dado por sua divisão constitutiva. E, ao dissimular o caráter político do sentido, a argumentação o apresenta, também, como “único” e “inequívoco”, “não-contraditório”.

A argumentação dissimula, dessa maneira, o que é próprio à luta de classes. Assim, podemos dizer que a argumentação é um dos modos que fazem funcionar no discurso a produção do efeito de unidade (imaginária) do texto e da ilusão de centralidade do sujeito. Em certo sentido, portanto, a argumentação fornece, como efeito ideológico, “‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas”² (Pêcheux, 1995, p. 162). A argumentação fornece como argumento os contornos imaginários, aparentemente estáveis, de tal “realidade”. Sendo assim, argumentar significa trabalhar as evidências que (re)estabilizam ou desestabilizam tal realidade (e suas paráfrases possíveis: ideias, pontos de vista, teses etc.).

Para indiciar essa concepção de argumentação como efeito do trabalho da ideologia na relação discursiva, dando visibilidade ao efeito de dissimulação decorrente desse trabalho, recorreremos ao relato de uma situação de sala de aula durante uma aula de leitura ministrada em uma universidade pública brasileira. Nessa aula, foi solicitado aos alunos que lessem, entre outros, o texto intitulado “BBB 23 – VÍDEO: Key Alves, que se diz sapiossexual, lança dúvida terraplanista” (Longo, 2023). O objetivo da aula era trabalhar a compreensão da divisão da figura do locutor no acontecimento de linguagem.

A leitura desse texto provocou certa divisão entre os alunos, uma vez que houve um conjunto deles que, desde o título, interpretou que o texto significava uma tomada de posição crítica ao terraplanismo, enquanto outro conjunto de alunos o interpretou como mero relato do fato (neste caso, possível de ser delineado como o terraplanismo significado em uma conversa da *sister* com outros participantes confinados no reality global). Para esse último conjunto de alunos, o texto lido indicaria uma posição neutra em relação à suposta crítica à posição terraplanista atribuível a Key Alves.

Esse confronto³ no nível do simbólico, mais precisamente, no nível da interpretação, torna visível o trabalho da ideologia na relação discursiva, produzindo a argumentação como

² Esse é um dos modos pelos quais Pêcheux (1995) descreve o que resulta do funcionamento, do trabalho simbólico da ideologia (em geral).

³ Não estamos aqui pensando “confronto” como o faz Plantin (2010, 2008). Este autor pensa a argumentação mobilizando o fundamento interacionista, enquadrando-a a um modelo dialógico (Dhaouadi, 2012). Certa situação de confronto se estabelece por meio da manifestação de discursos em oposição sobre determinada questão. É esse confronto que, para esse autor, instaura uma interação argumentativa na qual diferentes indivíduos (actantes) encarnam uma função específica (proponente, oponente ou terceiro) que caracterizam os pontos de vista (contraditórios) em resposta a tal questão. Discursivamente, como será mostrado, o confronto é determinado pelo modo como diferentes formações discursivas significam as posições significativas em relação, em

feito. Um conjunto de alunos manifestou-se a favor da neutralidade da posição do jornalista, enquanto o outro conjunto de alunos manifestou-se a favor da posição crítica do jornalista em relação ao terraplanismo. Para o primeiro conjunto de alunos, o texto se caracterizaria como mero relato porque não apresentaria marcas discursivas de posicionamento algum; portanto, não argumentaria nem a favor nem contra (o terraplanismo “defendido” por) Key Alves. Essa suposta ausência de posicionamento distinguiria, para eles, o relato de uma crítica. Esses alunos não interpretaram a relação discursiva materializada, (re)atualizada sintaticamente por meio da oração relativa explicativa (“que se diz sapiossexual”), que marcaria, justamente, o posicionamento discursivo não-terraplanista atribuível ao jornalista.

O jornalista, isto é, a posição discursiva a ele atribuível aponta para a contradição entre “ser sapiossexual⁴” e “ser terraplanista” ao mesmo tempo. Os alunos que não leram essa contradição, por sua vez, não consideraram possível a seguinte articulação discursiva passível de ser (re)atualizada na referida oração: *se Key Alves é sapiossexual, ela não poderia fazer o questionamento que fez* (sobre a possibilidade de a terra ser plana): “Eu briso muito no planeta. Como pode ser redondo e a gente não cai? E ele ainda fica se mexendo?”, argumentou a *sister*.

Não foi lido por esse conjunto de alunos que, já na formulação do título, a oração relativa explicativa indicia e expõe o funcionamento do político abrindo o sentido a outra relação significativa, a da crítica, e, dessa maneira, materializando o confronto entre os sentidos evocados pela enunciação de se dizer sapiossexual e, ao mesmo tempo, apresentar-se identificada à formação discursiva⁵ (FD) terraplanista. Trata-se de um confronto entre posições discursivas significadas como incompatíveis, no interior da luta de classes. Nessa direção, podemos dizer que, da posição não-terraplanista atribuível ao jornalista, o título argumenta ao trabalhar ideologicamente o confronto, a contradição e, dessa maneira, inscreve o posicionamento de seu locutor em determinadas relações de sentido.

determinado objeto simbólico que se apresenta à leitura. “Confronto”, no sentido dado por Pêcheux (1995), entre elementos significantes que se relacionam por transferência/metáfora, o que resulta, como efeito, que esses elementos se “revestem de um sentido” (Pêcheux, 1995, p. 263).

⁴ O jornalista Ivan Longo, autor do texto em questão, explica no próprio corpo do texto que uma pessoa sapiossexual é alguém que sente atração sexual por pessoas consideradas por ela inteligentes.

⁵ Segundo Pêcheux (1995, p. 160), por formação discursiva compreende-se “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]”. O autor acrescenta que “as palavras, expressões, proposições etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 1995, p. 160-161). Ainda, conforme Pêcheux, as formações ideológicas “caracterizam uma formação social dada em um momento dado do desenvolvimento da luta de classes que a atravessa” (Pêcheux, 1995, p. 257), em nosso caso, inerentes às relações de produção capitalistas. Por formações ideológicas compreendemos “um conjunto complexo de relações de evidências constituído pelo trabalho simbólico da ideologia, efeitos que interpelam-identificam (Pêcheux, 1995) o sujeito e seu dizer em referência a determinadas posições ideológicas constituídas no âmbito do processo histórico da luta de classes” (Rodrigues, Agustini, Branco, 2021, p. 3; recomendamos a leitura da nota 5 para detalhamento dessa compreensão).

Orlandi (2021a, p. 111) afirma que “um argumento arregimenta interpretações inscritas em uma formação discursiva enquanto lugar provisório da metáfora (transferência, deriva), face a outra (ou outras) formação discursiva”. Ou seja, na perspectiva discursiva, como explica a autora, o argumento não corresponde a determinado raciocínio utilizado para afirmar ou negar um fato; resulta, ao contrário, “de um gesto de interpretação que produz um efeito de sentido constituído na relação de formações discursivas. [...] O argumento não leva a uma conclusão, ele busca um deslocamento de sentidos” (Orlandi, 2021a, p. 112).

Em relação ao exercício de leitura relatado, “dizer-se sapiossexual” funciona como argumento, porque mexe com os sentidos de “terraplanista”, instaurando o confronto. Esse confronto desencadeia a produção do efeito de argumentação. Sendo assim, podemos dizer que a oração relativa explicativa, “que se diz sapiossexual”, no título, pode ser lida como marca discursiva do desencadeamento da argumentação no texto em questão. Esse desencadeamento se dá pelo efeito de sustentação (Pêcheux, 1995) porque coloca em relação sentidos evocáveis na e pela memória discursiva. O sentido da crítica, ou melhor, a argumentação que suspende a evidência do terraplanismo não é dada diretamente. É no e pelo gesto de leitura do título/do texto que o efeito de argumentação em favor da referida crítica se torna restituível. Por isso, também, repetimos Orlandi quando ela afirma, inspirada em Nietzsche, “é importante ouvir as nuances” (Orlandi, 2021a, p. 112).

Ainda em relação ao texto lido na aula relatada, podemos compreender que a administração ideológica dessas relações de sentido indicia certo confronto semântico entre diferentes formações discursivas, (re)produzindo o efeito ideológico de contestação da evidência do terraplanismo. Dessa maneira, podemos dizer que a argumentação no texto em questão contesta o terraplanismo ao (re)alinhar – reproduzir/transformar – em outra direção os sentidos evocáveis na e pela referida enunciação de Key Alves, em uma situação de enunciação específica durante o BBB23: “Eu briso muito no planeta. Como pode ser redondo e a gente não cai? E ele ainda fica se mexendo?”.

É assim que podemos ler funcionando, no texto apresentado à leitura, um jogo de posições argumentativas que instaura o confronto entre evidências forjadas em diferentes formações discursivas que mantêm entre si certa relação de discrepância significativa, por fornecerem efeitos de evidência não coerentes, isto é, concorrentes entre si. Essa discrepância se caracteriza, também, porque, no interior dessas formações discursivas, formações imaginárias designam lugares específicos e distintos que os locutores podem/devem atribuir uns aos outros (Gadet et al, 1993; Pêcheux, 1993; Pêcheux, Fuchs, 1993; Orlandi, 1998).

Esses lugares designam modos pelos quais se (re)produzem/transformam no discurso, no dizer, as tomadas de posição por parte dos locutores, protagonistas do discurso, em relação às evidências produzidas ideologicamente, disponibilizadas à identificação, em determinadas formações discursivas. São lugares percebidos, aceitos, experimentados (Pêcheux, 1995) e “determinados na estrutura de uma formação social [dada]” (Pêcheux, 1993, p. 82), funcionando como “sede de representações imaginárias determinadas pela estrutura econômica

e tidas como escapadiças ao domínio desses sujeitos [locutores]” (Gadet, et al, 1993, p. 54). São lugares, explica Pêcheux (1993, p. 82), que se encontram representados – presentes e ideologicamente transformados⁶ (em sentidos, significações, relações (outras)) – nos processos discursivos em que são colocados em jogo, constituindo as condições de produção do discurso. Nas palavras de Pêcheux,

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B [locutores] se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Acrescentemos que é bastante provável que esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições, e isto não ao acaso [...] (Pêcheux, 1993, p. 82-83).

Como vimos, essa atribuição imaginária de lugares específicos entre locutores é condição de produção de todo processo discursivo e se dá por um mecanismo de antecipação (Pêcheux, 1993; Orlandi, 1998; 2021a), no qual todo locutor, ensina Pêcheux (1993), experimenta de certa maneira o lugar de interlocutor a partir de seu próprio lugar de locutor, de tal modo a imaginar, prever, preceder, por antecipação, onde o interlocutor o “espera”⁷. E essa antecipação do que o locutor supõe ser o que/como o outro lê/interpreta (lerá/interpretará) constitui o discurso, ou seja, constitui os efeitos de sentido possíveis produzidos entre os protagonistas do discurso. A antecipação, nessa perspectiva, determina e condiciona o processo de produção dos discursos (Pêcheux, 1993).

Por isso, a nosso ver, Orlandi (2021a) afirma que não se pode desvincular interpretação e ideologia como a relação que fundamenta o funcionamento da argumentação. Dito de outro modo, o fato de a ideologia funcionar direcionando, administrando a interpretação no discurso é a base da produção do funcionamento da argumentação no discurso. A argumentação funciona sobre essa prática simbólica da ideologia que resulta em determinar/direcionar/administrar o movimento dos sentidos, no processo de textualização do político.

⁶ Em oposição a lugares em relação aos quais poder-se-ia sociologicamente descrever o feixe de traços objetivos característicos e, dessa maneira, no interior da esfera da produção econômica, por exemplo, tornar discerníveis os lugares do patrão (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, todos marcados por propriedades diferenciais determináveis (Pêcheux, 1993, p. 82). Orlandi, a esse respeito, sintetiza afirmando que “o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma ‘posição’. Essas posições [...] correspondem mas não equivalem à simples presença física dos organismos humanos (empiricismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo)” (Orlandi, 1998, p. 75). Acrescentaríamos que esses lugares, lidos como posições, encontram-se já transformados no discurso como efeito de sentido. Nessa medida, uma mãe, por exemplo, poderia encontrar-se ou não na posição discursiva de mãe. Isso é percebido, aceito, experimentado quando, por exemplo, a filha, ao reconhecer que seu vestido se tornara alvo de disputa com sua mãe, para decidir quem o vestiria em um passeio, questiona: “a senhora não é minha irmã, é minha mãe”, e insiste “eu preciso de uma mãe, não de uma irmã”.

⁷ A esse respeito, Piris (2016, p. 111) acrescenta: “não se trata de ‘esperar’ apenas o outro, mas o lugar de onde esse outro fala”.

É a partir de Courtine (1981) e Orlandi (2007) que compreendemos o processo de textualização do político como o processo de simbolização das relações de poder nas e pelas práticas discursivas. Trata-se do processo de simbolização da divisão desigual do sentido, por dissimulação. Acrescentamos que, por prática discursiva, compreendemos toda produção simbólica que movimenta interpretações; e toda prática discursiva comporta uma relação entre constituição, formulação e circulação de sentidos (Orlandi, 2001).

Acrescentamos, ainda, que o funcionamento argumentativo se torna legível pelo modo como as relações de sentido (confronto) são produzidas entre formações discursivas, em condições determinadas: a argumentação mexe com as condições do processo de antecipação que, como vimos, determina, por sua vez, o processo de produção de todo discurso. A esse respeito, vale repetirmos a advertência de Orlandi (2021a): discurso não é argumentação, argumentação não é discurso – “o discurso é *efeito de sentidos entre locutores* [...] Ou seja, dizer não é só argumentar” (Orlandi, 2021a, p. 109, *italico da autora*).

A condição específica para a argumentação se produzir como efeito está na produção do efeito do trabalho da ideologia sobre as condições de antecipação e de inscrição da interpretação na articulação entre diferentes formações discursivas. Por exemplo, para o conjunto de alunos que reconheceu a posição jornalística no texto como uma posição neutra, a posição do jornalista não indicaria uma posição argumentativa (“o jornalista não estaria argumentando no texto, pois não estaria defendendo um ponto de vista, apenas relatando um acontecimento no mundo”).

É nessa medida que podemos dizer que a argumentação só é produzida como efeito do trabalho da ideologia nas relações discursivas se ela mexe com a antecipação dos lugares, das posições dos (inter)locutores no discurso. Mexe, portanto, com a relação entre as evidências ideológicas regionalizadas nas diferentes formações discursivas. Dito de outro modo, a argumentação mexe com os lugares/posições instituídas como interpretações. Em última instância, dado o raciocínio exposto, argumentar significa discursivamente mexer com as relações de sentido, o que, por conseguinte, reverbera, de algum modo, no estado da luta de classes. Vale ressaltar que compreendemos “mexer” como movimento que se materializa nos e pelos gestos de leitura, na e pela interpretação, mobilizando, como possibilidade, as diferentes materialidades significantes e o permanente movimento dos sentidos em suas relações historicamente constituídas.

Essa mexida nas relações de sentido possível de caracterizar a argumentação se dá por meio da construção discursiva de paráfrases, articulações e latitudes discursivas (Rodrigues, Agustini, Branco, 2021), substituições, formação de sinônimos, deslizamentos, inversões, derivas, transferências de sentido, dentre outras, o que pode resultar em mexidas na estruturação sintático-semântica do dizer, da formulação, resultando em versões (Orlandi, 2001; 2022). É desse modo que essa mexida na estruturação sintático-semântica pode produzir outros efeitos de sentido, tais como efeitos metafóricos, metonímicos e polissêmicos, que podem (re)alinhar ou desalinhar os efeitos semânticos de coesão e coerência em um dado texto (a ser lido e/ou

escrito), ou seja, podem (re)alinhar ou desalinhar as relações (confronto) entre diferentes formações discursivas que determinam o que pode/deve ser dito/lido/escrito em um dado texto.

É nessa direção que compreendemos a afirmação de Orlandi: “temos um *argumento* quando uma formulação faz funcionar um confronto, um deslocamento ideológico” (Orlandi, 2021a, p. 109, itálico da autora). A autora acrescenta a esse respeito que a argumentação “se funda no mecanismo de *antecipação* produzindo uma relação de sentidos em que se inscreve a *relação de forças* (o lugar de que significa, significa *em seu poder*)” (Orlandi, 2021a, p. 109, itálico da autora).

Se nos voltamos para a atividade de leitura, podemos compreender que a formulação que intitula o texto indicia a antecipação da incompatibilidade entre as evidências do terraplanismo e da sapiossexualidade, (re)inscrevendo essa relação de forças – relação de confronto, dissimétrica – na memória discursiva que possibilita sua (re)interpretação. Quando lemos desse modo, podemos compreender, ainda, que a posição não-terraplanista atribuível ao jornalista se marca no texto como posição em relação de dominância, no confronto (desigual, dissimétrico) com a posição terraplanista. Daí podermos dizer, também, que essa hierarquia é (re)inscrita na memória discursiva, determinando as condições de legibilidade da crítica de autoria atribuível à posição jornalística.

Ao expormos a situação materializada na aula relatada, é possível mostrar ainda que as duas interpretações defendidas pelos dois conjuntos de alunos se constituem por processos discursivos distintos sobre uma mesma materialidade significativa (o título, o texto). Portanto, insistimos repetindo Orlandi: “um argumento não é entendido do mesmo modo por todos” (Orlandi, 2021a, p. 117).

No corpo do texto, aliás, outras marcas discursivas poderiam ser interpretadas como índice do posicionamento crítico atribuível ao jornalista em relação ao terraplanismo e à posição de Key Alves, significada como alinhada/identificada a essa FD. Entre essas marcas, destacamos, por exemplo, o adjetivo “anticientífico”, qualificando o pensamento terraplanista, e o uso das aspas, suspendendo a inequivocidade do verbo “provar” e do substantivo “brisa”, marcas essas reconhecíveis neste enunciado do texto: “[...] um pensamento **anticientífico** que tenta ‘provar’ que o planeta Terra teria o formato de um disco plano” (negrito e aspas do autor); e, também, no subtítulo: “Jogadora de vôlei compartilhou com outros confinados do reality show sua ‘brisa’ sobre o planeta Terra” (aspas do autor).

Uma marca que realça a referida hierarquia entre as posições discursivas em confronto no texto lido se apresenta no enunciado que finaliza o texto: “Respondendo à dúvida de Key Alves: as pessoas não ‘caem’ do planeta devido à **força da gravidade**” (negrito e aspas do autor). Ao formular assim sua resposta à *sister*, a posição jornalística também pode ser significada como aquela que funciona como porta-voz do discurso científico, indistinguindo-se, inclusive, dessa posição. Dessa maneira, a explicação científica transforma as relações de sentido ao abri-las a pré-construídos dessa FD e, ao mesmo tempo, pode indiciar a antecipação

da produção de certo efeito decorrente do funcionamento de uma discursividade transversa (“como já provado e divulgado pela ciência, todo mundo sabe que a terra não é plana”). Essa antecipação pode produzir um efeito de deboche (sobre a posição terraplanista), o que realça, também desse modo, a hierarquia entre as posições não-terraplanista e terraplanista no texto.

Diante do exposto, compreendemos discursivamente que a argumentação, estruturada pelo trabalho simbólico da ideologia, funciona ao mesmo tempo como movimento de estruturação do dizer e como efeito do funcionamento da ideologia na relação discursiva entre (inter)locutores. É assim que compreendemos a proposição de Orlandi acerca de uma concepção discursiva de argumentação, inspirada no questionamento de Pêcheux sobre o funcionamento da propaganda política, tomando o mecanismo ideológico da argumentação como formas históricas de assujeitamento do indivíduo, que se desenvolveram com o próprio capitalismo, como uma maneira de administrar os sujeitos, suas práticas e corpos (Pêcheux, 2011, p. 80; Orlandi, 2021a, p. 111).

Na próxima seção, mobilizamos a experimentação teórico-metodológica aqui apresentada, para tirar consequências para o ensino de argumentação no trabalho com texto(s).

2 Um rolezinho pelo ensino da argumentação

O ensino de argumentação, em todos os âmbitos da educação formal brasileira, tem sido trabalhado a partir de uma filiação à retórica e aos estudos do texto, que, massivamente, a concebe como conjunto de estratégias de construção e/ou seleção e de organização de argumentos. Nesse cenário, fica evidente que as condições de formação do professor e do leitor tratam da argumentação como a defesa de um ponto de vista/de uma tese sobre algo, sobre uma questão dada.

A despeito da força desta tradição de ensino de argumentação, compreendemos que, para professores e alunos, seria muito produtivo trabalhar e compreender a linguagem (e a argumentação) de um outro modo, a partir de outra compreensão, na qual a relação – entre formas, sentidos, linguagens, posições, estruturas, funcionamentos – se constitui como fundamento da condição prismática dos processos discursivos. Um modo de trabalhar a linguagem (e a argumentação) que leva em conta sua opacidade, sua inexatidão, sua incompletude, sua equivocidade, em sua relação constitutiva com os sujeitos, também opacos, incompletos.

Esse modo de trabalhar a linguagem (e a argumentação) impõe que há uma injunção à interpretação que é incontornável ao sujeito. Isso significa que cabe ao sujeito sempre atribuir sentido, interpretar os fatos, os textos, o que se dá relacionamente, ou seja, ao interpretar se coloca em relação no sujeito a materialidade discursiva e o interdiscurso que lhes constituem. Zoppi-Fontana e Oliveira (2016, p. 125) nos lembram que pensar a argumentação nessa perspectiva implica considerar que “ela se dá na relação com a memória do dizer, o

interdiscurso, no qual se inscrevem as divisões ideológicas presentes na sociedade”. Lembremos, também, que, na Análise de Discurso, o interdiscurso é o todo complexo com dominante das formações discursivas que determina para o sujeito o que pode/deve ser dito, lido, interpretado (Pêcheux, 1995). E essa determinação, é importante frisar, é também desigual e dissimétrica.

Logo, por meio desse trabalho discursivo com o texto e com a argumentação, o professor e o aluno podem compreender que o sentido não está nos fatos, nos textos, mas decorre de gestos de interpretação que os significam. Assim procedendo, pode-se deslocar tanto o professor quanto o aluno de uma relação predominantemente pragmática com a linguagem e com a significação para uma relação discursiva com a linguagem e com a significação, dada pela indissociabilidade constitutiva entre o simbólico e o político, ou seja, uma relação que explora/situa o dizer e a significação – assim como o mundo, a realidade, o pensamento, a consciência – precedidos pela existência material histórica do sentido. Em outras palavras, esse deslocamento pode transformar a relação do sujeito com os funcionamentos da linguagem, levando-o a compreender que a linguagem não corresponde a conteúdo(s), tampouco a um mero instrumento de comunicação e/ou persuasão.

É nessa direção que propomos uma experimentação analítica com os textos⁸ a seguir, a partir da qual mobilizamos a experimentação teórico-metodológica apresentada acima. Esses textos foram selecionados porque (re)inscrevem o confronto entre diferentes formações discursivas projetando posições que (re)produzem/transformam as relações de força no interior da luta de classes. Isso se dá, nos textos, a partir de certo retorno da polêmica nas diferentes maneiras de ler o evento denominado rolezinho. São três textos publicados em três diferentes sítios na internet que discursivizam essa polêmica. Três textos que pode(ria)m ser apresentados como objeto de leitura em diferentes circunstâncias e práticas do ensino de argumentação/leitura/escrita.

O primeiro texto (texto 1) foi publicado em 24 de fevereiro de 2023, no portal do Diário de Uberlândia. O segundo texto, apresentado no quadro 2, foi publicado em 22 de janeiro de 2014, no portal da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. E o terceiro texto (texto 3) foi publicado em 4 de julho de 2018, no portal da revista Superinteressante.

A seleção desses três textos, para além do fato de referirem uma temática comum, deu-se em virtude de que foram produzidos a partir de posições significativas distintas, podendo ser, inclusive, antagônicas. Isso nos oportunizou analisar como a discussão/significação da temática do rolezinho por essas posições poderia produzir ou não diferentes efeitos, isto é, convergir ou divergir na produção de (ir)regularidades significativas, em função da

⁸ Lembramos que, conforme dito na Introdução, esses textos compõem um arquivo que textualiza modos de a luta de classes acontecer no seio da vida social. Essa é uma temática mais ampla trabalhada por nós, no atual triênio (2023-2025), no Grupo de Estudos e Pesquisa em Linguagem e Subjetividade (GELS/CNPq-UFU). A temática do rolezinho se inscreve na memória discursiva de tal luta, que textualidades desse arquivo (re)atualiza/materializa.

argumentação como funcionamento discursivo nesses textos. Procuramos, dessa maneira, realizar uma leitura transversal dos três textos para que fosse possível, assim hipotetizamos, compreender o processo discurso que significa o rolezinho no arquivo do qual eles foram selecionados e recortados analiticamente.

A possibilidade de relacionarmos esses textos, pela leitura das discursividades que os significam, indicia que o assunto rolezinho permanece significando no seio da vida social, dividindo, litigiosamente, as relações sociais e os sujeitos nelas inscritos na e pela relação com seus direitos e deveres sociais. O funcionamento ideológico da argumentação nesses textos, em relação à significação do rolezinho, arregimenta essa divisão, esse litígio, produzindo efeitos sobre o confronto entre as forças que concorrem por dominância no interior da luta de classes que estrutura a vida social.

Podemos ler o texto 1 como uma (re)atualização desse litígio, portanto, de certo direcionamento argumentativo. Em outras palavras, o texto 1, de certa maneira, (re)atualiza os textos publicados anteriormente (textos 2 e 3), (re)atualizando o confronto argumentativo que significa o rolezinho. Ou seja, o texto 1 (re)atualiza certo jogo de interpretações sobre como o rolezinho pode/deve ser significado socialmente, instaurando um espaço significativo que se abre tanto para a censura quanto para a legitimação social do rolezinho e das relações de sentido – e de forças – que podem/devem interpretá-lo.

Quadro 1. Texto 1 (reprodução adaptada)

Título	Shopping de Uberlândia obtém autorização da Justiça para impedir entrada de adolescentes desacompanhados e evitar ‘rolezinho’
Subtítulo	Evento foi agendado por jovens para ocorrer neste sábado (25); Vara da Infância e da Juventude pediu apoio da Polícia Militar
Corpo do texto	<p>O Center Shopping de Uberlândia obteve na Justiça uma autorização para impedir a entrada de crianças e adolescentes ao empreendimento que estejam desacompanhados dos pais, responsáveis ou de algum representante legal neste sábado (25). De acordo com a decisão, a medida tem como objetivo evitar a realização de um evento de ‘rolezinho’, agendado por jovens para ocorrer na mesma data.</p> <p>No pedido, feito à Justiça, o Shopping argumenta que tais eventos, caracterizados por grandes aglomerações, têm causado transtornos a lojistas e demais frequentadores do empreendimento. De acordo com o juiz José Roberto Poiani, da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Uberlândia, outros eventos análogos ocasionaram superlotação do estabelecimento, colocando em risco os frequentadores, além de gerarem danos patrimoniais.</p> <p>Na decisão, o juiz afirma que tais eventos “desdobram-se em violência gratuita, dano ao patrimônio privado, perturbação e depredação, com real prejuízo aos lojistas da unidade. Esse tipo de atividade não contribui para o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes”, informou.</p>

<p>“Os eventos, popularmente conhecidos como rolezinhos, caracterizam-se pela invasão do shopping pelos jovens, grupo composto, em sua esmagadora maioria, de menores em idade entre 13 e 16 anos, que provocam tumulto generalizado, com algazarras, correria, gritaria, briga de gangues rivais, vandalismo, grande consumo de bebida alcoólica e drogas ilícitas pelos menores, causando pânico entre os clientes nos corredores”, consta a decisão.</p> <p>Dessa forma, a entrada das crianças e adolescentes sem os respectivos responsáveis legais será impedida neste próximo sábado, “haja vista probabilidade de ofensa à integridade física e psicológica de consumidores e lojistas, pela participação de adolescentes em imensas aglomerações no interior dos espaços do estabelecimento comercial, deliberadamente organizador (sic) com a finalidade de depredação”.</p> <p>A Polícia Militar (PM) foi acionada pelo Poder Judiciário para tomar as medidas cabíveis neste sábado (25), durante a realização do evento.</p> <p>Por meio de nota, a assessoria do Center Shopping informou que a medida tem como objetivo manter a segurança e a ordem que é oferecida aos visitantes do shopping. Disse ainda que a convocação de uma grande mobilização e aglomeração de adolescentes é incompatível com o número seguro de visitantes que a estrutura do empreendimento pode receber.</p>
--

Fonte: Diário de Uberlândia (Editoria, Redação, 24/02/2023; negritos nossos), disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/33094/shopping-de-uberlandia-obtem-autorizacao-da-justica-para-impedir-entrada-de-adolescentes-desacompanhados-e-evitar-rolezinho>. Acesso em março de 2023.

Entramos no texto 1, apresentado no quadro 1, pelo sintagma nominal “entrada de adolescentes desacompanhados”, que compõe o título do texto como uma das paráfrases que descreve e interpreta o rolezinho como evento. Já no título, “rolezinho” é significado como “evento a ser evitado” ou “impedido”. Essa relação de sentido já indicia certo efeito de antecipação desencadeando, delineando a argumentação, pois antecipa ao interlocutor certa imagem na qual se atribui ao rolezinho, portanto, aos “adolescentes desacompanhados”, a evidência de que tal evento seria/indiciaria um “problema”.

Nesse gesto de interpretação, o evento rolezinho é ideologicamente parafraseado de diferentes modos, tomando a orientação argumentativa da evidência que associa o “rolezinho” a um problema (a ser evitado, impedido). Essas diferentes paráfrases são reproduzidas nos três textos, como podemos ler em: “grandes mobilizações e aglomerações de adolescentes [que causam] transtornos a lojistas e demais frequentadores do empreendimento” (texto 1); “aglomeração de centenas de pessoas em centros comerciais [...] um número elevado de pessoas [que] gera temor a frequentadores, lojistas e colaboradores” (texto 2); e “os participantes do rolezinho, além de monopolizar uma grande área do centro de compras, perturbam o ambiente com música alta e corre-corre” (texto 3). É por meio de tais paráfrases, por exemplo, que “rolezinho” desliza para “(grande) mobilização”, que desliza para “(grande) aglomeração”, que desliza para “transtornos”, que desliza para “(gerador de) temo”, que desliza para “monopolização” e para “perturbação”.

Esse deslizamento ocorre também em relação ao modo como os participantes dos rolezinhos, os “adolescentes desacompanhados”, são (re)significados. No texto 1, eles passam a ser significados como causadores de aglomeração, de transtorno, causadores de temor e de risco aos frequentadores e lojistas dos shoppings, causadores de danos patrimoniais (aos centros comerciais), como vândalos, como drogados, como membros de gangues, monopolizadores de grandes áreas nos centros comerciais, perturbadores do ambiente dos shoppings. Por essas paráfrases, há a (re)produção do efeito metafórico que significa o “rolezinho” como um evento marginal à sociedade e, em decorrência disso, seus participantes também são significados como marginais.

A evocação desses sentidos cauciona argumentativamente a intervenção, na modalidade do impedimento e da proibição, associada às decisões e medidas (a serem) tomadas, como evidência de sentido (re)atualizada na discursividade tanto dos aparelhos ideológicos do Estado (Justiça, Polícia Militar etc.) quanto na discursividade dos aparelhos ideológicos do Mercado (*Shoppings* e centros comerciais afins etc.).

No interior das formações discursivas que sustentam tal gesto de interpretação sobre o rolezinho, dizer que seus participantes “colocam em risco os frequentadores, além de gerarem danos patrimoniais”, torna possível o não preenchimento da função sintática de complemento nominal do núcleo do sintagma nominal “risco”. Esse não preenchimento nos provoca a questionar: *os participantes colocam os frequentadores em risco de quê?* Argumentativamente, esse preenchimento já está ideologicamente determinado, e essa função sintática pode/deve ser transformada semanticamente por meio de certo recorte que (re)atualiza, pelo critério da coerência significativa, determinados pré-construídos da instância das “coisas a saber” (Pêcheux, 1990; Orlandi, 2021a; 2021b).

Argumentativamente, portanto, orienta-se a leitura e a interpretação de modo que esse preenchimento possa se dar, com base nas paráfrases suprarreferidas, da seguinte maneira: risco de violência, risco de assalto, risco de transtorno, risco de monopolização, risco de vandalismo, risco de perturbação, risco de depredação, risco de briga, risco de algazarra, risco de tumulto, risco de gritaria, risco de correria, risco de consumo de bebidas alcoólicas e de drogas ilícitas, risco de pânico, risco de gerar danos ao patrimônio privado, risco de prejuízo aos lojistas, risco à integridade física e psicológica de consumidores dos shoppings, risco ao consumo etc.

Esses pré-construídos também são (re)atualizados nestas outras paráfrases de rolezinho, por exemplo, que compõem o texto 1: a) “invasão do shopping pelos jovens, grupo composto, em sua esmagadora maioria, de menores em idade entre 13 e 16 anos, que provocam tumulto generalizado, com algazarras, correria, gritaria, briga de gangues rivais, vandalismo, grande consumo de bebida alcoólica e drogas ilícitas pelos menores, causando pânico entre os clientes nos corredores”; e b) “violência gratuita, dano ao patrimônio privado, perturbação e depredação, com real prejuízo aos lojistas da unidade”. São esses pré-construídos que são articulados metafórico-metonicamente para significar ideologicamente, desigualmente e dissimetricamente, os participantes e, por conseguinte, o próprio evento de rolezinho.

É nessa direção, conforme nossa compreensão, que Orlandi (2021b) esclarece que a argumentação funciona como

um processo discursivo que se dá na instância das ‘coisas a saber’ (Pêcheux, 1990), que nos chegam não pelo conhecimento, mas por um ‘saber’ que não se aprende, mas funciona produzindo seus efeitos, e que nos dá garantias de viver num mundo semanticamente normal. Funciona como convicções, na instância da ideologia (Orlandi, 2021b, p. 10-11).

Ou seja, “funciona pela instância pragmática. Instância em que o sujeito ‘responde’ à demanda da ideologia” (Orlandi, 2021a, p. 114), interpretando.

Nessa medida, o fato de os participantes serem significados dessa maneira produz como efeito a convicção ideológica (pragmática) de que eles não poderiam ser reconhecidos/interpretados como “frequentadores”, “clientes”, “visitantes” ou “consumidores”, por um lado, e, por outro lado, a convicção ideológica (pragmática) de que o evento/o rolezinho não poderia ser reconhecido/interpretado com outro sentido a não ser o de “invasão”. Podemos compreender, dessa maneira, que o texto 1 argumenta na direção de igualar (imaginariamente) “rolezinho” a “invasão”, como se fossem sinônimos, justamente porque censura a antecipação que inscreve o “rolezinho” em outras relações de sentido evocáveis por outras formações discursivas. Essa suposta relação sinonímica fica visível/legível, por exemplo, por meio da (re)leitura da articulação discursiva “evento [social que] foi agendado por jovens” (texto 1) ou “atividade que contribui para o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes” (texto 1). Essa análise nos permite compreender a afirmação de Orlandi segundo a qual “a argumentação se sustenta no mecanismo da antecipação, funcionando pelas relações imaginárias, produzindo seus sentidos (imaginariamente) naquilo que o outro poderia significar” (Orlandi, 2021a, p. 114).

A última articulação discursiva referida anteriormente (“atividade que contribui para o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes”), aliás, é negada/censurada no terceiro parágrafo do texto – “atividade [que] **não** contribui para o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes” (texto 1). Essa articulação não apenas funciona como argumento como também contribui, por relação de coerência, com a argumentação dominante no texto, segundo a qual o rolezinho seria uma ameaça aos centros comerciais, como os shoppings, e a seus frequentadores, clientes, visitantes, lojistas, consumidores e, por isso, deveria ser impedido de ocorrer em suas dependências. Esse argumento também funciona como lugar de convergência do confronto entre sentidos que significam o rolezinho diferentemente, pois tornam visíveis as relações de força, as relações de sentido em confronto no interior da luta de classes, na formação social em questão (a brasileira).

Por isso, podemos compreender a argumentação como estruturada pela ideologia, pois como efeito ela procura silenciar tanto a polissemia quanto a equivocidade constitutiva da significação. Isso nos leva a considerar que uma possível implicação para o ensino, decorrente de uma análise da argumentação em perspectiva discursiva, encontra-se na possibilidade de transformar o movimento formativo do aluno ao expor-lhe o funcionamento da argumentação

como efeito resultante do movimento dos sentidos, das redes de relação de força nas quais sentido evoca – sustenta, confronta, censura, disputa com, (des)alinha-se a – sentido(s).

Essa tomada de posição implica, por conseguinte, trabalhar a argumentação (no texto, por exemplo) e o próprio texto, como objeto que se apresenta à leitura no ensino, relativamente ao processo discursivo que os constituem, que os sustentam, que os significam. Orlandi (2022), a esse respeito, propõe que é pela

composição do processo de produção com as condições de produção de um discurso que a práxis da análise de discurso, no ensino, pode trazer elementos de transformação, sobretudo para o ensino de Língua Portuguesa. [...] É, pois, pela análise da composição do processo com as condições de produção de um texto que podemos considerar como o texto funciona na produção de sentidos (Orlandi, 2022, p. 6).

Tomar a argumentação nessa perspectiva permite que seja compreendido que em um texto, além de a argumentação ser estruturada ideologicamente em relações de sentido que lhe projetam consistência significativa, também há lugares tanto de convergência quanto de divergência com outras redes de sentido, dando visibilidade ao confronto entre forças, sentidos, posições, formações discursivas. É assim que a argumentação pode ser compreendida como mecanismo de domesticação de sentidos que procura produzir, como efeito, certa convergência significativa.

A consideração dessa perspectiva também mexe com o modo como o aluno lida/trabalha com o texto e com a linguagem. Nesse modo, o trabalho com a argumentação no texto não visa apenas à seleção de argumentos e sua reorganização, de modo a chegar à determinada conclusão. Discursivamente, lidar/trabalhar com a argumentação significa explorar (a compreensão de) como a linguagem (e, em particular, a língua) funciona produzindo o próprio efeito de textualização do político. Portanto, trabalhar nessa perspectiva implica compreender que um argumento é construído como parte do processo discursivo que sustenta a produção e a significação de determinado objeto simbólico, e do texto, em particular.

E isto é radicalmente outro trabalho que se pode desenvolver com o texto, com a argumentação, com a linguagem e, particularmente, com a língua.

3 A denegação na argumentação: entre a repetição e a diferença

No texto 2 (quadro 2), a argumentação se sustenta na mesma formação discursiva em dominância no texto 1. Nessa formação discursiva, o rolezinho é discriminado e censurado, sendo, por isso, significado como evento a ser evitado ou impedido. Esse texto se alinha, portanto, à argumentação do texto 1, ao afirmar que o rolezinho e seus participantes “gera[m] temor a frequentadores, lojistas e colaboradores” de centros comerciais.

Nesse texto, contudo, o funcionamento da denegação acirra efeitos de sentido importantes de serem considerados para a compreensão do processo discursivo que sustenta sua produção de sentidos. Começamos, então, considerando que há, do texto 1 para o texto 2, um deslize de “evento [...] agendado por jovens” para “movimento popular denominado ‘rolezinho’”, fazendo-o significar diferentemente. “Movimento” evoca, nesse caso, organização e reivindicação de grupo; mobilização para uma mesma finalidade, e “popular” evoca não mais o partitivo “jovens” especificamente, mas qualquer um que se identifique aos sentidos de “povo”. Como movimento popular, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas não poderia/deveria deslegitimá-lo.

A designação “movimento popular denominado ‘rolezinho’”, na relação com a formulação “solicitou a promoção de medidas de segurança pública necessárias para a garantia constitucional da **sociedade que se utiliza dos centros comerciais**” (texto 2, negrito nosso), instaura uma contradição entre o rolezinho ser descrito/interpretado como “movimento popular, logo, movimento passível de ser lido como parte da sociedade” e o rolezinho ser descrito/interpretado, por denegação, como sendo marginal à sociedade. Essa denegação se marca discursivamente na formulação destacada quando esta faz significar que a sociedade deveria ser protegida do rolezinho.

Quadro 2. Texto 2 (reprodução adaptada)

Título	CNDL manifesta-se sobre o “Rolezinho”
Corpo do texto	<p>A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas oficializou junto ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, manifesto sobre o movimento popular denominado “rolezinho” que acontece, em especial, nos centros comerciais do país.</p> <p>Na oportunidade solicitou a promoção de medidas de segurança pública necessárias para a garantia constitucional da sociedade que se utiliza dos centros comerciais, ainda, para que os Poderes Públicos destinem áreas públicas para esta nova modalidade de movimento popular com segurança e atividades correlatas que beneficiem seus participantes.</p> <p>Para o Presidente da CNDL, Roque Pellizzaro Jr., “o direito de reunião e de livre manifestação são garantias de nossa Constituição Federal e devem ser respeitados; porém e mesma Constituição abriga outros direitos relevantes a exemplo da livre locomoção, do exercício laboral, propriedade e segurança pública que devem ser preservados para o bem comum de nossa sociedade”.</p> <p>Para a CNDL, a aglomeração de centenas de pessoas em centros comerciais que não detém estrutura física ou pessoal para acolher um número elevado de pessoas gera temor a frequentadores, lojistas e colaboradores, fato este relevante que em hipótese alguma pode ser confundido com ato discriminatório, mas sim, de segurança, não no sentido policial, mas sim, de abrigo.</p>

Fonte: Portal CNDL [Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas], Notícias, [por] CNDL Brasília, 22/01/2014, disponível em: <https://site.cndl.org.br/cndl-manifesta-se-sobre-o-rolezinho/>. Acesso em março de 2023.

Essa denegação pode ainda produzir como efeito visível/legível certa divisão que funciona no seio da vida social. Essa divisão permite a leitura de que haveria a sociedade que, por legítimo direito garantido pela constituição, poderia/deveria usufruir do espaço dos centros comerciais, enquanto os participantes do rolezinho, ao serem segregados dessa sociedade, não o poderiam/deveriam.

Essa denegação se repete no texto 2 diferentemente, por meio de outras marcas discursivas, presentes na formulação “porém e [*sic*, essa] mesma Constituição abriga outros direitos relevantes a exemplo da livre locomoção, do exercício laboral, propriedade e segurança pública que devem ser preservados **para o bem comum de nossa sociedade**” (negrito nosso) e, também, na formulação “acolher um número elevado de pessoas gera temor a frequentadores, lojistas e colaboradores, fato este relevante que **em hipótese alguma pode ser confundido com ato discriminatório, mas sim, de segurança, não no sentido policial, mas sim, de abrigo**” (negrito nosso). Nessas formulações, essas marcas (re)atualizam o funcionamento da denegação, tornando visível/legível, por um lado, o efeito de que o rolezinho, sendo, nesse processo discursivo, significado como segregado/marginalizado, poderia/deveria ser considerado uma ameaça ao “bem comum da sociedade”. Por outro lado, torna visível/legível, ainda, a articulação discursiva segundo a qual se reconheceria que o rolezinho estaria sendo discriminado por ser uma ameaça à sociedade, o que justificaria a medida policial destinada a promover a segurança pública. Por essas relações evocáveis por meio do funcionamento da denegação, censura-se o sentido de público que seria passível de ser associado ao adjetivo “popular” que caracteriza o “movimento rolezinho” no texto 2.

Quando a CNDL enuncia que “**em hipótese alguma** pode ser confundido com ato discriminatório, mas sim, de segurança, **não** no sentido policial, mas sim, de abrigo” (negrito nosso), essa denegação indicia uma produção discursiva que antecipa a discriminação como evidência a caracterizar o rolezinho. Podemos compreender, dessa maneira, que é essa antecipação que provoca a formulação denegativa, que, por sua vez, abre a significação à relação contraditória: trata-se/não se trata de discriminação.

Nessa materialidade discursiva, “em hipótese alguma” funciona como um sintagma preposicional com valor de advérbio de negação; e “não” funciona como um advérbio de negação. Nessa condição, incidem, respectivamente, sobre “pode ser confundido com ato discriminatório” e “[ato de segurança] no sentido policial”. Essa incidência produz um jogo relacional entre “afirmar” e, ao mesmo tempo, “negar” algo. É esse jogo que produz o funcionamento da denegação, estruturando ideologicamente a argumentação no texto 2. Nessa direção, podemos interpretar que, na mesma formulação, contrapor “ato discriminatório” a “ato de segurança” provoca a denegação: (**não**) no sentido policial. É essa denegação que abre a significação para o processo discursivo no qual o “movimento popular ‘rolezinho’” é criminalizado.

Essas denegações dissimulam o confronto de formações discursivas que significam o rolezinho no processo discursivo que sustenta significativamente a produção do texto 2; ao

mesmo tempo, constituem-se como marcas discursivas desse confronto. Esse confronto de formações discursivas resulta da relação de forças no interior da luta de classes, (re)dividindo desigualmente e dissimetricamente a sociedade no seio da vida social. É assim que podemos compreender que o processo discursivo que sustenta significativamente o texto 2, a exemplo do que mostramos no texto 1, significa o rolezinho como atividade marginal à sociedade, marginalizando, criminalizando, por conseguinte, os sujeitos que dele participam. É essa significação imaginária que justifica, tanto no texto 1 quanto no texto 2, a solicitação de medidas que contenham, impeçam, evitem a ameaça assim posta.

Essa análise nos possibilitou mostrar como a argumentação pode funcionar por meio da estruturação ideológica (re)atualizável no funcionamento denegativo. Essa compreensão nos leva a considerar outras implicações para o ensino a partir desse modo de compreender como a argumentação pode funcionar no texto.

Se o texto for lido apenas como um texto informativo, a exemplo do que fez o conjunto de alunos que não reconheceu a produção do efeito de crítica ao terraplanismo no texto de Ivan Longo (trabalhado em nossa experimentação teórico-metodológica), apaga-se o processo discursivo que significa “a relação entre o mesmo e o diferente, a partir do sistema de relações que funcionam na e entre formações discursivas” (Orlandi, 2022, p. 8). Ou seja, apaga-se o trabalho significativo da ideologia sobre a formulação/significação. Apagam-se, com isso, as condições de produção, a exterioridade/historicidade constitutiva do texto, de tal modo que ele possa, como efeito, se restringir a informar que “a Confederação Nacional de Dirigentes Logistas não seria contra os rolezinhos, mas só seria contra eles acontecerem em centros comerciais”.

Apaga-se justamente o fundamento teórico discursivo de que “toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1997b, p. 53). Apaga-se, assim, que a argumentação, estruturada ideologicamente, ao funcionar, produz como efeito o apagamento desse fundamento.

Na perspectiva desse apagamento, se o professor trabalha com a leitura apenas como localização de informações no texto, efeitos produzidos pelo funcionamento da denegação, como vimos, não são experimentados – percebidos, vistos, lidos, interpretados, aceitos – nem pelo professor, nem pelos alunos, embora permaneçam significando, inclusive, neles e por eles. É assim que esses (outros) sentidos não experimentados – não percebidos, vistos, lidos, interpretados, aceitos – são naturalizados e se tornam evidências/transparências em relação de dominância.

Comprendemos que esse apagamento “acaba por naturalizar a relação do aluno com a linguagem e isto resulta em imaginar [por exemplo,] que se o aluno falar/escrever do que gosta ele terá sucesso” (Orlandi, 2022, p. 11). Resulta imaginar, também, que o sentido estaria no texto, sendo, por isso, dele depreensível. Orlandi adverte, contudo, que é apenas “no trabalho

com a materialidade da língua que o sujeito encontra-se com ela” (Orlandi, 2022, p. 11), ou seja, é somente no corpo a corpo com a linguagem que se pode perceber o funcionamento do processo discursivo sustentando significativamente o texto que se apresenta à leitura (Orlandi, 2022).

Esse modo de trabalhar a argumentação é consequente, portanto, com uma posição discursiva para a qual:

[...] a língua é, antes, uma “ferramenta imperfeita” que demanda trabalho e conhecimento para que se produzam sentidos. É preciso ensinar o aluno a jogar com a linguagem. Desorganizá-la para compreender sua ordem, seu poder de equívoco, de incompletude, de variação. Mexer com suas possibilidades, antes que com suas normas, para então tratar da sua organização formal (Orlandi, 2022, p. 11).

4 A argumentação dissimulada no/como jogo entre “contra” e “a favor”

O texto 3, apresentado no quadro 3, (re)produz a argumentação dissimulada no clássico jogo que dicotomiza as posições discursivas passíveis de terem representação no texto como sendo ou “contra” ou “a favor” a determinada questão social. Ao dissimular o funcionamento da argumentação a partir dessa dicotomia, esse jogo “contra” vs. “a favor” faz parecer que o texto só comportaria uma única posição, produzindo, assim, o efeito imaginário de que o texto seria uma unidade em si. Essa dissimulação, portanto, apaga, como efeito, a dispersão histórica significativa constitutiva de todo objeto simbólico, e do texto, em particular.

O texto 3 apresenta a questão do rolezinho ao debate dando lugar a 2 posições que discutem se seus participantes podem/devem ter sua entrada barrada em shoppings. O debate é formalizado textualmente a partir de duas posições antagônicas. Uma se marca como favorável ao impedimento, justificando a resposta “sim” à questão proposta pela revista Superinteressante: “será que potenciais participantes podem ser barrados na entrada dos shoppings?” A outra se marca como contrária ao impedimento, respondendo “não” à mesma pergunta.

O processo discursivo que determina a argumentação pelo “sim” (re)produz a marginalização social do rolezinho e de seus participantes. Estes são significados como pessoas que não podem ser consideradas frequentadores, visitantes ou consumidores potenciais para centros comerciais (lojas e shoppings), porque são significados como ameaça à tranquilidade de seus lojistas, frequentadores, visitantes ou consumidores. A presença dos participantes do rolezinho nesses lugares representaria “monopolização de uma grande área do centro de compras” e, por conseguinte, “riscos de furto e roubo” ou “perturbação a esses ambientes com música alta e corre-corre”.

Quadro 3. Texto 3 (reprodução adaptada)

Título	Debate: Shopping centers podem proibir os rolezinhos?
Subtítulo	Encontros de centenas de adolescentes em centros comerciais criaram impasses com lojistas e frequentadores . Vale ou não vale?
Corpo do texto	<p><i>Encontros de centenas de adolescentes em centros comerciais criaram impasses com lojistas e frequentadores. A questão é: será que potenciais participantes podem ser barrados na entrada dos shoppings?</i></p> <p>Sim</p> <p>Segundo a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), os centros são “empresas privadas e espaços públicos ao mesmo tempo e zelam pelo conforto e segurança dos seus visitantes e consumidores”. Os rolezinhos podem ameaçar a tranquilidade dos frequentadores por elevar (sic) os <u>riscos de furto e roubo</u>.</p> <p>Os rolezinhos deveriam ser marcados em espaços abertos. Com <u>poucas saídas de emergência</u> e rotas de fuga nos shoppings, as aglomerações podem acabar em tragédia. Esse foi o argumento de um dos juizes que proibiram o movimento para evitar mortes parecidas com as da boate Kiss.</p> <p>A Constituição diz que todo espaço público tem regras de convivência social. Os participantes do rolezinho, além de monopolizar uma grande área do centro de compras, <u>perturbam o ambiente com música alta e corre-corre</u>. Isso prejudica alguns espaços dentro das dependências, como o cinema e a praça de alimentação.</p> <p>Além dos rolezinhos, há outros incidentes em shoppings envolvendo jovens, como furtos e violência, que prejudicam o comércio. Para manter o ambiente tranquilo e não assustar clientes, poderia ficar estabelecido, em certos dias e horários, que <u>adolescentes só entrassem junto com um adulto</u>.</p> <p>Não</p> <p>De acordo com Roberto Dias, professor de direito constitucional da PUC-SP, os shoppings são espaços abertos ao público e impedir a entrada de qualquer pessoa, seja por classe social, raça ou religião, é considerado uma <u>medida discriminatória e fere o direito individual de ir e vir</u>.</p> <p>Para José Carlos Gomes da Silva, professor de ciências sociais da Unifesp, os jovens encaram os rolezinhos como uma maneira inofensiva de se divertir em um novo espaço. “Proibir que determinados grupos frequentem esses locais é uma forma de <u>segregação social</u>”, explica.</p> <p><u>Por falta de opções de entretenimento</u>, os adolescentes marcam encontros em shoppings porque querem ter um momento de lazer em um local seguro. Criminalizar e reprimir os rolezinhos pode incitar uma onda de revolta social por todo o país, como se viu nos protestos que tomaram o Brasil em 2013.</p> <p>Grandes marcas querem sempre atrair pessoas a suas lojas para comprarem seus produtos, e não existe lugar melhor para isso do que os centros comerciais. De certa forma, os rolezinhos levam mais pessoas aos shoppings e <u>poderiam impulsionar as vendas</u>.</p> <p>CONSULTORIA José Carlos Gomes da Silva, professor de antropologia da Unifesp; Marcelo Figueiredo e Roberto Dias, advogados e professores de direito constitucional da PUC-SP. FONTES Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop) e Instituto Data Central.</p>

Fonte: Portal Superinteressante [Comportamento, Mundo Estranho], [por] Giselle Hirata, Atualizado em 4/07/2018, publicado em 19/05/2016, Grupo Abril, disponível em:

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/debate-shopping-centers-podem-proibir-os-rolezinhos/>.

Acesso em março de 2023. Obs. Os negritos sublinhados indicam que o negrito é encontrado no original.

Os sentidos evocáveis por essa representação deslizam, portanto, de uma questão social para uma questão de acomodação quantitativa de pessoas (capacidade de lotação do espaço). E, dessa maneira, sustentam, argumentativamente, a justificativa para a adoção de um mecanismo de segregação social: “com poucas saídas de emergência e rotas de fuga nos shoppings, as aglomerações podem acabar em tragédia. **Esse foi o argumento de um dos juízes que proibiram o movimento para evitar mortes parecidas com as da boate Kiss**” (texto 3, negrito nosso).

Esse deslize se dá por meio da (re)produção/transformação de uma latitude discursiva segundo a qual o rolezinho é visto/lido/interpretado como problema de lotação para os centros comerciais, na relação comparativa com a tragédia ocorrida na Boate Kiss, na cidade de Santa Maria, onde morreram 242 pessoas em função de um incêndio ocorrido em 27 de janeiro de 2013. Também por uma relação comparativa, os rolezinhos são associados a outros tipos de incidentes “envolvendo jovens”, que assustariam frequentadores, visitantes e consumidores de shoppings, tais como “furtos e violência”. Essa latitude discursiva indicia a antecipação de certa interpretação discriminatória do rolezinho, dissimulando-a como mera questão de lotação. Argumenta-se, dessa maneira, em favor da segregação por meio de um argumento que metaforiza a segregação como questão de segurança.

O processo discursivo que significa essa posição convergente com a proibição dos rolezinhos no debate também significa, dessa mesma posição, os mecanismos que podem/devem ser implementados para impedir o evento de ocorrer nos shoppings e centros comerciais afins. “Os rolezinhos deveriam ser marcados em espaços abertos” (texto 3) ou, caso aconteçam nos shoppings, “poderia ficar estabelecido, em certos dias e horários, que adolescentes só entrassem junto com um adulto” (texto 3). Esses dois argumentos acirram o processo ideológico de dissimulação da segregação como metáfora de uma questão de segurança.

Contraditoriamente, o processo discursivo que determina a argumentação pelo “não” (re)produz justamente a denúncia de que impedir o rolezinho de ocorrer nos shoppings caracterizaria uma medida discriminatória. Para essa posição discursiva, o rolezinho deveria ser interpretado como “maneira inofensiva de se divertir em um novo espaço”. Essa formulação (re)atualiza certa interpretação que indicia que os shoppings já se caracterizam como lugares de segregação, uma vez que, para os participantes do rolezinho, ele seria um “novo espaço” a ser por eles descoberto, frequentado, ocupado.

Quando comparamos a argumentação estabelecida pela posição “não” (a favor dos rolezinhos) com a argumentação estabelecida pela posição “sim” (contra os rolezinhos), compreendemos que a formulação “proibir que determinados grupos frequentem esses locais é uma forma de segregação social” (texto 3) funciona como argumento evocável enquanto discurso transversal (Pêcheux, 1995), restituível no e pelo gesto de leitura, conforme feito acima ao analisarmos a constituição discursiva da posição contrária aos rolezinhos. Já da posição favorável aos rolezinhos, a formulação funciona como argumento explícito, uma vez que, dessa posição, o

rolezinho é significado como “maneira inofensiva de se divertir”, inventada pelos jovens “por falta de opções de entretenimento” (texto 3).

Ainda dessa posição, os rolezinhos seriam uma resposta dos jovens à necessidade de terem “um momento de lazer em um local seguro” (texto 3). Dessa posição, portanto, escancara-se a interpretação do rolezinho como metáfora de uma questão social: relações de força em disputa/em confronto no interior da luta de classes. Daí a advertência, posta como argumento comparativo, segundo a qual “criminalizar e reprimir os rolezinhos pode incitar uma onda de revolta social por todo o país, como se viu nos protestos que tomaram o Brasil em 2013” (texto 3).

Na perspectiva dessa posição, o argumento da segurança baseado na questão da lotação, formulado pela posição contrária aos rolezinhos, é rebatido, uma vez que os rolezinhos poderiam representar um aumento no número de pessoas nos shoppings, o que poderia impulsionar as vendas. Dessa posição, restitui-se aos participantes dos rolezinhos a condição de (potenciais) frequentadores, visitantes e consumidores (assim como potenciais futuros lojistas) para os shoppings.

Com base no exposto, podemos afirmar que, no “mundo semanticamente normal” do sujeito pragmático, tomado pelo ângulo desse clássico jogo dicotômico, os argumentos construídos apresentam, aparentemente, uma univocidade lógica disjuntiva: ou se é “contra” ou se é “a favor” do rolezinho. Barra-se a evocação de sentidos que poderiam colocar em relação de transferência o que a dicotomização “a favor vs. contra” supõe transparente, inequívoco. Da perspectiva desse jogo clássico, os argumentos se apresentam a partir de uma suposta independência significativa; seriam, por isso, dados de antemão (pode-se/deve-se ser contra ou a favor).

Compreendemos, assim, que essa suposta independência significativa entre os argumentos recobre um funcionamento que a revista mobiliza para apresentar-se em uma posição de suposta neutralidade, apenas “divulgando” sentidos e posições já existentes. Por esse mecanismo, não se trabalha a argumentação na relação com o equívoco, com a incompletude, com a opacidade que constituem os sujeitos e seus dizeres, mas como seleção e organização de argumentos (já) disponíveis. Esse efeito de neutralidade é acirrado pela evocação de autoridades como responsáveis pela argumentação que cauciona tanto a posição “a favor” dos rolezinhos (no texto, representadas por professores-pesquisadores-cientistas) quanto a posição “contra” os rolezinhos (no texto, representadas por um juiz, pela Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop) e pela Constituição).

A associação do funcionamento da argumentação a um funcionamento dicotomizante/polarizante (universal), no trabalho com textos, não permite que leitores, sejam eles professores ou alunos, questionem os sentidos logicamente estabilizados e sua naturalização no interior da luta de classes. Esse modo de trabalhar a argumentação silencia a própria existência da luta de classes como motor do processo de (re)produção/transformação das relações – alianças, disputas e confrontos – no seio da vida social.

Considerações finais

Mostramos, nesse texto, que a argumentação concebida discursivamente convoca o leitor a colocar-se corpo a corpo com a linguagem, procurando realizar um trabalho de dessuperficialização do processo de textualização do político que se materializa, se (re)atualiza em cada objeto simbólico que se apresenta à leitura, em particular o texto. Lembrando que dessuperficializar significa discursivamente restituir a opacidade e a espessura semântica às palavras, expressões, proposições e textos, pela análise do processo discursivo que determina como um objeto simbólico pode/deve significar como efeito da aliança ou do confronto entre formações discursivas que concorrem por significá-lo. Nessa perspectiva, o trabalho com a argumentação não se reduz tão-somente à localização de argumentos/informações no texto, tampouco à avaliação da seleção e organização de argumentos em um texto dado. A argumentação também não apenas sintetiza uma interação entre posições contraditórias ou visa solucionar uma contenda posta.

Na perspectiva da Análise de Discurso de filiação pecheutiana, a argumentação funciona como mecanismo de domesticação do movimento dos sentidos, no processo de textualização do político. Por isso, estruturada ideologicamente, uma vez que o trabalho simbólico da ideologia é constitutivo “da relação sujeito/sentido, que integra a relação imaginária do homem com o simbólico” (Orlandi, 1998, p. 81). E é como mecanismo de domesticação do movimento dos sentidos que “a argumentação se sustenta no mecanismo da antecipação, funcionando pelas relações imaginárias, produzindo seus sentidos (imaginariamente) naquilo que o outro poderia significar” (Orlandi, 2021a, p. 114).

Com as análises realizadas sobre os processos discursivos que sustentam a produção de relações de sentido que significam tanto o (anti)terraplanismo quanto o movimento rolezinho, foi possível realizar uma experimentação teórico-analítica a partir da qual compreendemos que trabalhar a argumentação na perspectiva discursiva implica dessuperficializar o texto e expor o olhar leitor ao seu funcionamento, de modo a tornar perceptível/legível que ler é relacionar, isto é, colocar em relação matéria significativa e sentidos que circulam na sociedade. Implica, dessa maneira, perceber/ler como o jogo de interpretações é ideologicamente estruturado no dizer. Implica, por conseguinte, expor o olhar leitor às relações de força no interior da luta de classes, suspendendo o efeito de naturalização dos sentidos, e, assim, restituindo-lhes seu caráter material relacional e sua natureza social.

Com as análises, mostramos também que expor o olhar leitor às relações de força no interior da luta de classes é o específico da análise da argumentação no trabalho com textos. Essa especificidade se dá porque analisar a argumentação permite a restituição do vínculo ideológico das relações de sentido com determinadas formações discursivas que (re)produzem/transformam as relações de força, as relações de aliança, as relações de hierarquia, as relações de dominância, enfim, as dissimetrias, as contradições que estruturam a luta de classes no seio da vida social. Esse trabalho que deve incidir sobre o olhar leitor só é possível se esse leitor é instrumentalizado a perceber/ver/ler/interpretar o mecanismo de

antecipação em funcionamento no confronto, na disputa entre sentidos e relações de força. É essa instrumentalização que pode levar o leitor a apreender algo da dispersão constitutiva do movimento dos sentidos no processo de textualização do político.

É nessa medida que compreendemos como “a argumentação pode então ser um observatório do político” (Orlandi, 1998, p. 81). E que também compreendemos como sua consideração e sua análise, nos termos aqui expostos, nas diferentes práticas de linguagem que se materializam e se (re)atualizam nos processos de textualização do político, podem “dar visibilidade ao político, ao real dos sentidos” (Orlandi, 1998, p. 81), ou seja, dar visibilidade ao fundamento teórico que afirma o sentido como “relação a” (Canguilhem, 1993 [1980])⁹.

A partir de um trabalho com a argumentação nessa direção, desloca-se a relação do leitor, seja este o professor ou o aluno, de uma retórica conteudista para uma relação prismática com o funcionamento do discurso e da ideologia no processo de produção da significação. Desse modo, professor e aluno podem se defrontar “com a própria materialidade da linguagem [...] experimentando a língua(gem) em seu jogo, seus equívocos, suas falhas e possíveis, em uma práxis inventiva e não reprodutiva. No corpo a corpo com a linguagem” (Orlandi, 2022, pp. 11-12).

Trabalhar a argumentação dessa maneira reinscreve na linguagem e na significação sua opacidade constitutiva. Portanto, trabalhar o ensino de argumentação significa também instrumentalizar o leitor (e o escritor) a ouvir as nuances (Orlandi, 2021a), as diferenças e as repetições que movimentam as conjunturas sócio-históricas e político-ideológicas. Do modo como compreendemos, instrumentalizá-lo(s) a ouvir as relações significativas, ouvir como os sentidos são construídos como determinação social e histórica.

Referências

AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Tradução de Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, R. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 1, n. 1, 129-144, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389/395>. Acesso: 14 mar. 2023.

ANSCOMBRE, J.-Cl.; DUCROT, O. *L'Argumentation dans la langue*. Liège: Mardaga, 1983.

CANGUILHEM, G. Le cerveau et la pensée. In: CANGUILHEM, G. *Philosophe, Historien des Sciences* [e-book]. Paris: Albin Michel, 1993 [1980]. p. 4-24.

COURTINE, J.-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, 15^e année, Analyse du discours politique, n. 62, 9-128, 1981. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1981_num_15_62_1873. Acesso: 14 mar. 2023.

⁹ Canguilhem (1993 [1980], p. 18) afirma, categoricamente: “Le sens n’est pas relation entre..., il est relation à...”.

DHAOUADI, H. L'argumentation dans le discours: approches contemporaines et perspectives didactiques. *Lenguaje y Textos*, SEDLL [Sociedad Española de Didáctica de la Lengua y la Literatura], n. 35, mayo, 47-60, 2012. Disponível em: http://www.sedll.org/sites/default/files/journal/largumentation_dans_le_discours_approches_contemporaines_dhaouadi_h.pdf. Acesso:14 mar. 2023.

GADET, F.; LÉON, J.; MALDIDIÉ, D.; PLON, M. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Lourenço C. Filho e Manoel Gonçalves. 2ª. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 39-60.

LONGO, I. BBB 23 – VÍDEO: Key Alves, que se diz sapiossexual, lança dúvida terraplanista. *Revista Fórum*, Blogs, Papo Cabeça, 2/3/2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/pop-noticias/2023/3/2/bbb-23-video-key-alves-que-se-diz-sapiossexual-lana-duvida-terraplanista-132205.html>. Acesso:14 mar. 2023.

ORLANDI, E. P. Processo discursivo, (re)escrita e ensino. *Leitura*, UFAL, Alagoas, 74, 5-12, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/14137/10373>. Acesso em 14 de mar. 2023.

ORLANDI, E. P. Da argumentação na Análise de Discurso. In: BIZIAK, J. dos; PEREIRA, F.; RESENDE, S. M. (Org). *Rede de afetos em discurso: uma homenagem a Mónica Zoppi-Fontana*. Campinas: Pontes, 2021a. p. 107-120.

ORLANDI, E. P. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. *Cadernos de Linguística*, Abralin, v. 2, n. 1, p. e310, 8 fev. 2021b. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/310>. Acesso:14 mar. 2023.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7ª. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico*, UFSC, Florianópolis, n. 1, 73-81, jul.-dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915/6378>. Acesso:14 mar. 2023.

PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux* [Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi]. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Trad. de Maria das Graças L.M. do Amaral. 2ª. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a. p. 55-66.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. 2ª. ed. Campinas: Pontes, 1997b.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni P. Orlandi et al. 2ª. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. 2ª. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 61-161.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Péricles Cunha. 2ª. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 163-246.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. de Maria E. Galvão G. Pereira. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIRIS, E. L. A argumentação numa perspectiva materialista do discurso. *Linha D'Água*, USP, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 97-121, dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/120008/146699>. Acesso: 14 mar. 2023.

PLANTIN, C. *A argumentação*. Trad. de Rui Alexandre Grácio e Martina Matozzi. Coimbra: Grácio Editor, 2010.

PLANTIN, C. *A Argumentação: história, teorias, perspectivas*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C. L. H.; BRANCO, L. K. A. C. O luto como funcionamento de linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 63, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8665210>. Acesso: 14 mar. 2023.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; OLIVEIRA, S. E. de. Tá serto! Só que não... argumentação, enunciação, interdiscurso. *Linha D'Água*, USP, São Paulo, v. 29, n. 2, p.123-155, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/120001>. Acesso:14 mar. 2023.